



## **CARTA AOS PARTIDOS POLÍTICOS E COLIGAÇÕES CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2024**

### **Garantir o acesso a cuidados de saúde para todos, sem exceção**

**A Médicos do Mundo, na qualidade de organização da sociedade civil, com provas dadas na defesa do direito à saúde, em Portugal e no estrangeiro, mantém um forte compromisso com as populações em situação de vulnerabilidade.**

- Integramos uma Rede Internacional com mais 16 delegações nacionais e estamos presente em mais de 80 países, com mais de 400 projetos. Em Portugal há 25 anos, temos como lema “Lutamos contra todas as doenças, até mesmo a injustiça”. A delegação portuguesa atua em Portugal, Moçambique e Guiné Bissau, com mais de 20 projetos.
- Baseamos a nossa ação no lema fundacional “ir onde os outros não vão, testemunhar o intolerável e trabalhar benevolmente”.
- Guiamo-nos pelos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário. Defendemos a Cobertura Universal de Saúde, preconizada pela OMS, e a nossa ação norteia-se pelos ODS/Agenda 2030.

**Temos o compromisso de dar voz a quem não tem, defender os direitos mais essenciais, promover o diálogo e contribuir para a procura de soluções e o desenho de políticas públicas que respondam às verdadeiras necessidades, não só dos que são mais frágeis, mas de toda a comunidade.**

#### **O direito à saúde é um direito fundamental**

- Entendemos que o Direito à Saúde é um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente da sua nacionalidade, religião, ideologia, etnia ou situação socioeconómica.
- Defendemos o direito universal a cuidados de saúde e promovemos o acesso a cuidados de saúde a populações vulneráveis - vítimas de catástrofes naturais, da fome, da doença, de conflitos armados e violência política, pobres, migrantes, requerentes de asilo e minorias marginalizadas.

#### **O acesso à saúde em Portugal**

- Os portugueses enfrentam graves problemas no acesso a cuidados de saúde, quando recorrem aos serviços, os quais atravessam todo o sistema de saúde português – setor público/Serviço Nacional de Saúde (SNS), setor privado com e sem fins lucrativos e setor social.
- Todos os dias, as nossas equipas testemunham, nas ruas e nos lares, o sofrimento daqueles que não têm acesso a cuidados de saúde – pessoas em situação de sem-abrigo, trabalhadores do sexo, pessoas utilizadoras de drogas, idosos, migrantes, requerentes de asilo e, em geral, todas as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica.
- Para defender o direito à saúde de todos os cidadãos, sem exceção, entendemos que são necessárias ideias e medidas claras, para alterar o atual panorama.



- O aumento do orçamento para a saúde e de outros recursos, de nada serve, se a sua aplicação não for enquadrada por uma política de saúde assente num consenso nacional e que tenha como desiderato a cobertura universal e a equidade na disponibilização dos cuidados.
- Enquanto organização que presta cuidados a populações em elevada situação de vulnerabilidade, estigmatizadas e marginalizadas, consideramos que a política de saúde a aplicar não pode ser dissociada nem do contexto socioeconómico e demográfico do país, nem da evolução histórica do nosso sistema de saúde.

### **Manifestamos a nossa profunda preocupação com a situação atual no acesso a cuidados de saúde e consideramos indispensável que os decisores políticos tomem medidas urgentes para:**

- **Combater a pobreza e exclusão social.** Em 2022, mais de 2 milhões de portugueses encontravam-se em situação de pobreza ou exclusão social e outros 2 milhões em risco de pobreza ou exclusão social, o que condiciona e determina o acesso aos cuidados de saúde.<sup>1</sup>
- **Responder aos desafios do envelhecimento populacional.** Somos um dos países mais envelhecidos do mundo e o ritmo de envelhecimento é superior ao dos outros países da União Europeia (UE).<sup>2</sup>
- **Diminuir o esforço das famílias face às despesas com a saúde.** As famílias suportam quase 29% da despesa com a saúde – 25,4 milhões de euros, valor que cresceu mais de 6% em 2022 -, o que faz de Portugal um dos países com maior peso dos pagamentos diretos das famílias no financiamento do sistema de saúde, sendo estes pagamentos quase exclusivamente efetuados a privados – cuidados de ambulatório e farmácias.<sup>3</sup>
- **Contrariar a pressão dos grandes grupos privados sobre o sistema.** Os grandes grupos financeiros têm vindo a apostar/investir fortemente no setor da saúde – cuidados de saúde/seguros de saúde -, canalizando a seu favor os recursos disponíveis no sistema e exercendo elevada pressão sobre as políticas e os serviços públicos e sobre a opinião pública, em seu proveito.
- **Solucionar as graves limitações e desorganização dos serviços.** O acesso a cuidados de saúde, nomeadamente ao SNS, evidencia limitações preocupantes - encerramento de urgências, doentes sem médico de família, listas de espera com atrasos significativos e dificuldades de organização e gestão – falência das supervisões técnicas, planeamento deficiente, recurso excessivo a ajustes diretos. É ainda salientar a incógnita que representa o novo modelo organizativo das Unidades Locais de Saúde, que entrou em vigor a 1 de janeiro, na perspetiva de melhorar a prestação do SNS.
- **Impedir o esvaziamento do SNS.** Devido aos baixos salários e ausência de regulação, observa-se a redução do tempo de trabalho no SNS ou saída dos profissionais de saúde mais qualificados para o setor privado e para o estrangeiro. Este esvaziamento não só diminui a capacidade de resposta, como compromete a formação de novos profissionais.
- **Garantir o acesso aos medicamentos e terapêuticas inovadoras.** O acesso aos medicamentos está fortemente limitado, sendo um fator condicionante o preço. Em 2022, 10% dos portugueses a quem tinha sido prescrito medicamentos não os adquiriu por limitações económicas, situação que

<sup>1</sup> Artigo "A Taxa de risco de pobreza aumentou para 17,0% em 2022", sobre Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023, Instituto Nacional de Estatística (INE); "Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Relatório 2023", Observatório Nacional da Luta contra a Pobreza (ONLCP).

<sup>2</sup> Demografia da Europa - edição interativa 2023, Pessoas 2030.

<sup>3</sup> Relatório "Despesas diretas das famílias no sistema de saúde português", Iniciativa para a Equidade Social, do Observatório da Despesa em Saúde, Fundação "la Caixa", BPI e Nova SBE



poderá piorar depois do aumento de 12% em 2022 e que se deverá ter mantido nos dois dígitos no ano passado.<sup>4</sup>

O uso de terapêuticas inovadoras, frequentemente muito dispendiosas, sobrecarrega a despesa pública em saúde, pelo que é essencial estabelecer protocolos nacionais, que respondam não só à necessidade individual, como ao que é socialmente aceitável, em termos de alocação de recursos. Além disso, a aquisição de medicamentos essenciais através de concursos nacionais, e não europeus, tal como aconteceu com as vacinas COVID-19, não garante os melhores preços. Importa reforçar a produção nacional de medicamentos, quer de entidades privadas, quer do Laboratório Nacional do Medicamento.

**Valorizar os setores social e privado sem fins lucrativos.** O setor privado não lucrativo e o setor social, sendo considerados parceiros e assegurando o acesso a cuidados de saúde às populações em situação de vulnerabilidade, continuam a ser parentes pobres do SNS, face à forma como são contratados e pagos os seus serviços. A contratualização com o setor privado e social deve assentar num pagamento justo e levar em conta a capacidade pública instalada e as necessidades específicas da população a abranger.

### **Face ao exposto, desafiamos os partidos políticos e as coligações que se candidatam às próximas eleições legislativas de 10 de março de 2024, a pronunciarem-se quanto:**

- À atual situação da saúde e do acesso aos cuidados de saúde em Portugal.
- Aos valores e princípios orientadores das políticas que defendem para a saúde.
- Às prioridades e medidas que pretendem introduzir, para fazer face às dificuldades e limitações.